

Audiência discute piso nacional para médicos e dentistas

Proposta busca estabelecer remuneração mínima para profissionais do SUS

Por Ana Laura Gonzalez

A aprovação de um piso salarial nacional para médicos e cirurgiões-dentistas foi tema central de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) nesta terça-feira (3). O evento, promovido pelo deputado Carlos Giannazi (Psol), reuniu parlamentares do Congresso Nacional e da Câmara Municipal de São Paulo, com o objetivo de apoiar projetos que tramitam em âmbito federal e estabelecer um valor mínimo de remuneração para essas categorias.

Segundo Giannazi, a iniciativa visa assegurar aos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) condições equivalentes às de outras categorias do serviço público, como enfermagem e magistério. “Essa audiência é para que a Alesp apoie a luta pela aprovação

imediata. Cirurgiões-dentistas e médicos têm direito ao piso. Eles oferecem trabalho de qualidade e devem ter valorização salarial”, afirmou. O parlamentar acrescentou que o piso nacional poderia atrair novos profissionais para atuar no SUS, ampliando o atendimento à população.

Disparidades salariais

O tesoureiro do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (Crosop), Marco Antonio Manfredini, destacou que a ausência de uma legislação específica provoca disparidades salariais. “Tivemos concursos públicos para prefeituras do interior do estado em que o salário oferecido era de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil para 40 horas semanais”, relatou. Segundo ele, a remuneração varia conforme a concorrência do mercado em cada região, sendo menor onde há menor deman-

da e maior onde a competição é mais intensa.

O cirurgião-dentista Graco Neves, servidor público há 38 anos em Guarulhos, na Grande São Paulo, enfatizou que a valorização profissional reflete diretamente na qualidade do atendimento à população. “Com um profissional mal remunerado, a primeira a ser afetada é a população. Precisamos de remuneração adequada para atualizar nossos conhecimentos e manter condições psicológicas para realizar os atendimentos”, declarou.

Mobilização no país

Embora a audiência tenha ocorrido em São Paulo, a mobilização pelo piso salarial acontece principalmente em Brasília, onde tramitam ao menos três propostas. Entre elas, dois projetos de lei, um na Câmara e outro no Senado, definem remuneração mínima,

carga horária, pagamento de horas extras e adicional noturno. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) busca incluir médicos e cirurgiões-dentistas no rol de profissões com direito a piso salarial nacional, similar ao que já ocorre com enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Ausência de estudo econômico

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS), autor da PEC 2/26 e relator do PL 1365/22 no Senado, participou da audiência e explicou que a tramitação das propostas foi retardada pela ausência de estudo econômico que garantisse o custeio. “Previsimos que o acréscimo dessas despesas seja custeado pelo Fundo Nacional de Saúde, retirando de estados e municípios o ônus dessa majoração”, disse. Trad destacou ainda que a articulação contínua da categoria

no Congresso acelera a tramitação das medidas.

O Movimento Dentistas do SUS, que lidera a mobilização nacional, planeja caravanas de profissionais para Brasília e defende a realização de novas audiências. “Precisamos ocupar os espaços políticos de discussão e mostrar multidões”, afirmou Ermano da Costa, dentista cearense e líder do movimento.

Autoridades presentes

Também estiveram presentes na audiência a deputada federal Luciene Cavalcante (Psol) e os vereadores paulistanos Celso Giannazi e Marcelo Messias. O encontro reforçou a importância de um piso salarial nacional como instrumento de valorização profissional e de fortalecimento do SUS, pautando a discussão em instâncias legislativas estaduais e federais.



Audiência pública na Alesp reuniu parlamentares e representantes das classes profissionais

TRF3 empossa nova direção para biênio 2026/2028 em cerimônia em São Paulo

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) realizou, na última segunda-feira (2), a posse da sua nova direção para o biênio 2026/2028 na sede em São Paulo. Foram empossados os desembargadores federais Luís Antonio Johnsons di Salvo, como presidente; André Custódio Nekatschlow, como vice-presidente; e Luis Paulo Cotrim Guimarães, como corregedor regional.

A cerimônia contou com a presença de autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, entre elas o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Francisco Eduardo Loureiro; o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel; o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin; o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Mari-

nho; o advogado-geral da União, Jorge Messias; o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes; e o presidente da OAB-SP, Leonardo Sicca.

O presidente do TRF3 no biênio 2024/2026, desembargador federal Carlos Muta, abriu a solenidade destacando conquistas de sua gestão, como a ampliação de serviços da Justiça 4.0 e Itinerante, o aumento na produtividade e a nomeação de novos magistrados e servidores. Segundo ele, “projetos de modernização e itinerância transformam a vida de quem atendemos, resgatando o sentido original da Justiça”. Em seguida, os empossados prestaram compromisso regimental de cumprir a Constituição e as leis do país. Leonardo Sicca ressaltou a importância de fortalecer a confiança na Justiça e afirmou que a advocacia reafirma seu compromisso com



Autoridades e membros da nova direção durante a solenidade

a vida institucional. A procuradora regional da República Cristina Marelim Vianna destacou a colaboração entre o TRF3 e o Ministério Público como essencial para o andamento de projetos conjuntos.

O corregedor regional do TRF3, desembargador Nelson Agnaldo Moraes dos Santos, enfatizou que a eleição da nova direção reflete confiança nas mãos que conduzirão o Tribunal com responsabilidade e

firmeza. “Temos um Judiciário maduro e capaz de construir os consensos necessários”, disse.

O presidente empossado, Johnsons di Salvo, agradeceu o apoio da família e afirmou estar pronto para assumir o cargo, diante do volume de processos enfrentado pelo Tribunal, que em 2025 recebeu 260 mil casos apenas para os 53 desembargadores, enquanto a primeira instância registrou mais de 2 milhões de novos processos. Ele destacou que a Corte deve exercer uma jurisdição à altura das demandas de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Também participaram da solenidade ministros do STJ e do Supremo Tribunal Federal, presidentes de outros TRFs, secretários, servidores, magistrados, autoridades civis e militares, convidados e familiares dos empossados.

Comunicação Social TJSP